SENTENÇA

Processo Digital n°: 1004982-98.2017.8.26.0566

Classe - Assunto Inventário - Inventário e Partilha

Requerente e Herdeiro: Marcio Jose Peres e outros

Requerido: **Deolindo Peres**

Juiz de Direito: Dr. Caio Cesar Melluso

Vistos.

Trata-se de procedimento de inventário, cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 42/47.

Fls. 64/65: Acolho os esclarecimentos.

O termo, conforme determinado peã decisão de fls. 61, foi regularizado às fls. 71/72.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 42/47, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submetem ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2°, do art. 662, c/c § 2° do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos de taxas e tributos, tais como o ITBI, deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Fica autorizada desde já à expedição do formal de partilha, <u>sem prejuízo</u> <u>faculto às partes interessadas solicitarem-no diretamente ao Cartório de Notas.</u>

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, <u>fica anotado o trânsito em julgado nesta data</u>, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Caso requerido, defiro desde já a expedição de alvarás para levantamento do valor existente em conta, bem como para transferência do veículo.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remetase ao arquivo.

P. I. C.

São Carlos, 29 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA